

O “[McCourt Institute Inaugural Event: The Future of Tech Governance](#)” realiza-se esta quarta e quinta-feira, dias 9 e 10 de março, no Amphithéâtre Jean Moulin do Sciences Po, em Paris, com transmissão em [direto](#), e conta com a intervenção do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, no painel “How does Europe fit into the future of tech governance?”, pelas 13h55 (hora de Lisboa).

Em articulação com a Presidência Francesa do Conselho Europeu, este evento tem por objetivo aprofundar a reflexão na Europa sobre o desenvolvimento de novas tecnologias de descentralização da internet (i.e., a “Web3”) e práticas de governação digital bem como a construção de uma nova arquitetura de internet, assentes em princípios de equidade e democratização do acesso.

O ministro Manuel Heitor apresenta uma comunicação na qual defende que a **governança tecnológica, incluindo a regulação de plataformas digitais e padrões digitais**, devem ser orientadas para promover formas de “**humanismo digital**” e **garantir uma abordagem transdisciplinar dos comportamentos coletivos e a consideração da “agência humana”**. Eles devem garantir que os cidadãos, em geral, tenham um melhor conhecimento dos serviços e provedores digitais, juntamente com uma melhor responsabilidade dos utilizadores, numa era digital descentralizada e associada de forma crescente a inovações habilitadas por inteligência artificial, IA.

Manuel Heitor vai focar a sua intervenção na necessidade **de fomentar a investigação de interesse público e, sobretudo, de garantir a nossa responsabilidade coletiva perante a absoluta necessidade de privilegiar a neutralidade carbónica, evitando um desastre climático**, bem como promovendo a nossa **segurança global**. Essas questões devem contribuir definitivamente para a governança tecnológica das redes digitais descentralizadas e a utilização cada vez mais massificado da IA. Alguns estudos de caso serão apresentados, incluindo a gestão sustentável da terra para a neutralidade de carbono, a preservação das áreas costeiras e a proteção dos ativos espaciais na era do “Novo Espaço”.

O programa, que segue em anexo, reúne tecnólogos, cientistas sociais, especialistas em políticas públicas e governação e representantes dos sectores público e privado.